

Parecer nº 214/99

Data: 1999.12.15

Processo nº 674

Requerente: Francisco José Souto Marques.

Requerido: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

I - O Pedido

1. Francisco José Souto Marques solicitou – nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, e por requerimento datado de 6 de Julho de 1999 – ao Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha (CMAV), fotocópia do processo de candidatura apresentado por aquele órgão municipal à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) para apoio à execução do programa de recuperação da zona histórica de Angeja.
2. Através do seu ofício nº 2192, de 16 de Julho p.p. a CMAV notificou o requerente (notificação recebida em 23 do mesmo mês), quanto ao indeferimento da pretensão por si apresentada, dando como fundamento o facto de “*não ter sido invocado e comprovado interesse legítimo na mesma (artigo 64º do Código do Procedimento Administrativo)*”.
3. Perante tal indeferimento, o interessado apresentou reclamação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), fazendo-o nos termos e ao abrigo do nº 1 do artigo 16º da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

II - O Direito

1. Os documentos a que Francisco José Souto Marques pretende aceder, pela via da reprodução por fotocópia (artigos 7º, nº 2, e 12º, nº 1, alínea *b*), da LADA) não são documentos nominativos, isto é, contendo dados pessoais cf. alíneas *b*) e *c*) do nº 1 do artigo 4º da mesma Lei , mas sim, meros documentos administrativos, de acesso generalizado e livre artigo 4º, nº 1, alínea *a*) e artigo 7º, nºs 1 e 2 da LADA .
2. Assim sendo, qualquer pessoa poderá ter acesso a esses documentos. Tal só não sucederia se os mesmos constassem de processo não concluído ou se fossem preparatórios de uma decisão, caso em que o conhecimento do respectivo conteúdo seria diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração, conforme determina o nº 5 do artigo 7º da LADA.
3. Todavia, no caso em apreço, os documentos pretendidos integram um processo de candidatura já terminado e que deu origem ao protocolo nº 12/98, celebrado entre a DGOTDU, CCRC e a CMAV (cf. consta do processo).
4. Acrescente-se, finalmente – e para que não restem dúvidas –, que, não se tratando de uma situação de acesso a documentos nominativos, não há que demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da mesma Lei).

III - Parecer

Em razão de quanto antecede, somos de parecer que a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha deverá facultar a Francisco José Souto Marques o acesso ao processo de candidatura apresentado à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano para apoio à execução do programa de

recuperação da zona histórica de Angeja, fazendo-o pela via pretendida, pelo requerente.

Aprovado na sessão da CADA de 15 de Dezembro de 1999.

Gameiro dos Santos (Relator) – *Silva Marques* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)